

**Alerta feminista e antirracista
contra a violência
e por uma política que coloque a vida no centro**

25.11.2021

Nós – mulheres, lésbicas, travestis, trans, *intersex*, não binárias, negras, indígenas, mulheres de cor, trabalhadoras, de esquerda, mães, cuidadoras – representamos uma força política dinâmica e poderosa nas ruas, nas organizações, e somos as sujeitas de mudança mais dinâmica na atualidade. O movimento feminista é o movimento de repolitização da vida mais importante, incorporando jovens para dar continuidade ao projeto político que nossas ancestrais iniciaram. Na Argentina, é ponta de lança e bastião da resistência antineoliberal. No Brasil e na Europa é a oposição contra o fortalecimento da ultradireita e do conservadorismo. O Chile foi fundamental como impulso e organização em um processo de revolta popular e hoje é uma das principais forças que orienta e articula o processo constituinte em direção a um horizonte transformador.

Por isso sentimos a urgência de disputar também o poder político. Com um pé nos movimentos e outro nas instituições, temos em mãos a possibilidade de construir uma política que priorize a vida, uma política feminista, anti-imperialista, antirracista, anticolonial, contra as LGBTQIA+fobias. Esse horizonte precisa democratizar profundamente as estruturas políticas e institucionais, porque as lutas pelos direitos sociais e democráticos são indissociáveis.

Vemos, no entanto, que o caminho está repleto de obstáculos. Em primeiro lugar, porque historicamente as regras do jogo que as instituições possuem, são excludentes para os setores populares, para quem tem responsabilidade do cuidado, para quem tem sido sistematicamente excluída pelos processos de empobrecimento e racialização. Mas para quem chega no espaço da política institucional, depois de muito esforço individual e coletivo, sofre múltiplas formas de violência antes, durante e depois do período eleitoral. Essas violências buscam tanto nos intimidar e nos expulsar das lutas, quanto bloquear qualquer iniciativa progressista e por isso são uma questão de qualidade democrática do debate político.

Neste Alerta Internacional denunciamos e nos manifestamos contra a violência política e institucional, nas diversas formas que assume em cada país e região. E convocamos a lutar por uma vida que mereça ser vivida.

+++++

Ataca-se o que se teme. Denunciamos a violência política como a ferramenta mais eficaz para impedir que cumpramos nossos mandatos e que nossas demandas por mudança se transformem em políticas institucionais. A violência é a forma que o poder hegemônico adquire para manter o atual estado das coisas. Com ameaças físicas, simbólicas, digitais e a linguagem do ódio, eles procuram disciplinar e silenciar formas disruptivas de políticas feministas e de direitos humanos. **Também denunciamos o avanço da necropolítica e os ataques antidireitos** em diversas partes do mundo onde se multiplicam os feminicídios e os crimes de ódio em geral.

No **Brasil**, o bolosonarismo instala um projeto político hegemônico racista, genocida e branco, que também está presente em outras partes da América Latina. Desenvolve uma política pensada para matar mulheres e pessoas negras que são maioria no Brasil, aniquilar nossos corpos e excluir nossos projetos políticos. Marielle Franco foi assassinada por ser ativista e vereadora, negra, LGBTQIA+, favelada, e defensora dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Seu feminicídio pretendia intimidar e fazer as mulheres negras como um todo, recuarem. No entanto, depois do fato, mais mulheres (cis e trans) foram candidatas e eleitas por voto popular. Destas, as vereadoras negras e trans no Brasil são as que mais sofrem ataques de ódio, a transfobia faz parte do projeto hegemônico.

No **Chile**, a violência política contra as mulheres em cargos eleitos foi fortemente expressada na Convenção Constituinte, onde representantes femininas dos povos indígenas, como a presidente da Convenção Elisa Loncón e a Machi Francisca Linconao, uma autoridade espiritual mapuche, sofreram repetidos ataques tanto dentro da Convenção como nas redes sociais. Ataques similares têm sido sofridos por defensoras do meio ambiente, lutadoras pelo direito à água e militantes feministas. Além disso, há alguns dias, o candidato do fascismo obteve a maioria no primeiro turno das eleições presidenciais, o que representa uma ameaça à vida das mulheres, meninas, dissidentes, irmãs migrantes e de todos os povos.

Embora sejam exemplos extremos, a violência política e institucional se manifesta e continua a crescer em diferentes partes do mundo. No **Estado espanhol** e na **Alemanha**, a violência política machista tem como alvo privilegiado as mulheres que participam de organizações de esquerda, que sofrem intimidações e ameaças. Para elas, o âmbito digital deixou de ser um lugar de expressão democrática e de empoderamento, o que também ocorre com outras mulheres públicas, como ativistas de base, jornalistas, artistas. Vimos isso mais uma vez no ataque à revista *Pikara* em Madrid, na Espanha.

Mesmo dentro das organizações de esquerda há também machismo e racismo, reproduzindo lógicas de direita nos modos de construção. Muitas vezes, nossos direitos aparecem segregados, ou há mudanças discursivas que não são colocadas em prática: não queremos apenas participar, também queremos decidir sobre a distribuição dos orçamentos públicos. Lutamos para que nossos partidos sejam mais feministas e antirracistas, com políticas internas e externas voltadas para o bem viver, ou seja, o compromisso com uma sociedade em que a vida das maiorias esteja colocada no centro.

+++++

Nossas propostas para democratizar a política e para desarmar as estruturas machistas e racistas, surgem do que fazemos, da nossa experiência coletiva:

- Devemos **fortalecer a relação entre os movimentos sociais, a rua e a participação institucional**. Quando conseguimos ter representantes de nossas organizações no Estado, muitas vezes as lógicas institucionais tendem a individualizar, rompendo a relação entre as pessoas e as construções coletivas. É importante continuar protegendo e acompanhando delegades que tendem a estar mais expostas às violências e fortalecer as instâncias de construção coletiva dos mandatos, das políticas e das propostas, além de garantir a pressão social que possibilite transformações.
- Estamos ensaiando **estratégias de participação direta e democrática desde o nível local até o mais geral**. Nos mandatos coletivos no Brasil, concorreremos às eleições em equipe e trabalhamos coletivamente no parlamento, mesmo que seja permitido apenas uma pessoa como

representante. Por outro lado, as cotas para mulheres ou para pessoas negras e indígenas nas candidaturas promovem uma mudança integral nas relações de poder em espaços institucionais mistos e funcionam como mecanismos democratizadores. Outra estratégia – que praticamos em diferentes regiões – é convidar representantes de movimentos e setores sociais (trabalhadores e trabalhadoras, pessoas ciganas, migrantes, mulheres, pessoas trans, afrodescendentes ou com deficiência) para as audiências no Parlamento, para que sejam protagonistas de suas próprias demandas e para que possam apresentá-las diante de todos os deputades. Da mesma forma, são necessários para essa articulação os espaços político-pedagógicos, onde discutimos coletivamente questões de política institucional e poder legislativo em articulação com grupos populares.

- Julgamos necessário desenvolver **estratégias de segurança, cuidado e autodefesa** contra setores oligárquicos e de direita, bem como **protocolos contra a violência machista** em nossos espaços. Também consideramos que a violência política digital de gênero deve ser tematizada em nossas organizações de esquerda e no movimento feminista, e que instrumentos devem ser desenvolvidos (protocolos internacionais de proteção de dados, de segurança digital, critérios de cuidados etc.) e uma campanha mais transversal, que posicione esta questão perante a sociedade.
- Apelamos à **solidariedade internacional** para proteger as mulheres e pessoas LGBTQIA+ que são vítimas de violência política em todo o mundo, para evitar serem disciplinadas por meio de ameaças ou morte. Além disso, nos autoconvocamos a construir nossos próprios mecanismos de segurança, desenhados com estratégias de cuidado para nos protegermos entre as companheiras e companheiros, reunindo experiências e conhecimentos de diferentes latitudes.

+++++

Neste alerta denunciemos e propomos. É mais uma ferramenta para nos defendermos e nos cuidarmos coletivamente e podermos continuar lutando em todos os campos. Os espaços políticos podem, devem e precisam ser ocupados por nós a partir de uma perspectiva anticapitalista, feminista e antirracista, anticapacitista, anticolonial e anti-imperialista, porque nenhum território de transformação é estranho para nós.

Não queremos mais este mundo que nos violenta e oprime. Queremos criar novas formas de viver em sociedade com base no bem viver. Defendemos o bem viver como parte de nossa política feminista, um mundo onde possamos existir e construir a partir do direito à alegria. Porque, como disse Emma Goldman: “Não estou interessada em sua revolução se nela não posso dançar”.

Diante das tentativas de sufocamento oriundas das direitas, o feminismo nos permite respirar. Sabemos que a luta é útil, como foi evidenciado pela conquista do aborto legal na Argentina e a descriminalização da prática no México, a Convenção Constituinte no Chile e outros triunfos que temos como parte de nossa revolução feminista.

Neste alerta, chamamos a nos fortalecer a partir da alegria e da unidade internacional. A continuar ocupando as ruas, os movimentos, e contestar as instituições.

Estamos aqui para mudar tudo.

+++++

Assinaturas:

Talíria Petrone, dirigente da bancada parlamentar do PSOL na Câmara dos Deputados – Brasil

Áurea Carolina, deputada nacional do PSOL – Brasil

Érica Malunguinho, deputada na província de São Paulo pelo PSOL, Mandata Quilombo – Brasil

Instituto Marielle Franco – Brasil

Vilma Reis, ativista do Movimento de Mulheres Negras, PT – Brasil

Coordinadora Feminista 8M – Chile

Camila Miranda, Fundación Nodo XXI – Chile

Pierina Ferretti, Fundación Nodo XXI – Chile

Luciana Peker, escritora, jornalista e ativista feminista – Argentina

AKAFEM Red Feminista Municipalista – Espanha

Nieves Salobral Martin, membro da AKAFEM – Espanha

Rocío Fraga Sáenz, ativista feminista, ex-vereadora da Marea Atlántica na Corunha e membro da AKAFEM – Estado Espanhol

Eva Abril, Chefe de Feminismos de Barcelona En Comú – Catalunha

Oihana Etxebarrieta Legrand, Deputada do Parlamento de EH Bildu no Parlamento Autônomo de Gasteiz – País Basco

Patri Perales Hurtado, Deputado do Parlamento de EH Bildu no Parlamento Autônomo de Pamplona – País Basco

Monika Plazaola, Chefe da área de Feminismo e LGTBI de EH Bildu – País Basco

Aiora Epelde Agirre, Chefe da Política Feminista, SORTU – País Basco

Idoia Zengotitabengoa Laka, Coordenadora Geral da Fundação Iratzar – País Basco

Elena Beloki Resa, Diretora do Departamento Internacional da Fundación Iratzar – País Basco

Janine Wissler, Dirigente do partido DIE LINKE e Deputada do Parlamento Federal – Alemanha

Susanne Hennig-Wellsow, Dirigente do partido DIE LINKE e Deputada do Parlamento Federal – Alemanha

Melanie Wery-Sims, diretoria executiva da DIE LINKE – Alemanha

Julia Schramm, Conselho Executivo DIE LINKE – Alemanha

Friederike Benda, Conselho Executivo DIE LINKE – Alemanha

Bettina Gutperl, Conselho Executivo DIE LINKE – Alemanha

Nina Eumann, líder do partido DIE LINKE na Província da Renânia do Norte–Vestfália – Alemanha

Cornelia Möhring, Deputada do Parlamento Federal DIE LINKE – Alemanha

Gökay Akbulut, Membro do Parlamento Federal DIE LINKE – Alemanha

Heidi Reichinneck, Deputada do Parlamento Federal e porta-voz da política feminista no grupo parlamentar DIE LINKE – Alemanha

Elif Eralp, Deputada do Parlamento em Berlim, links*kanax – Rede de Migrantes em DIE LINKE – Alemanha